

Cidadania E Educação No Brasil: Repensando O Conceito

Odete Ap^a. Alves Araújo (Facesi) odt.araujo@sercomtel.com.br

Resumo

Este artigo aborda uma temática atual e complexa presente na sociedade moderna: a cidadania. Uma breve reflexão aponta para uma mudança no conceito de cidadania ao longo do tempo mostrando que o processo de modernização de uma nação deve contemplar todas as esferas da vida social, e portanto oferecer uma formação intelectual, cultural e política que possibilite às pessoas tornarem-se sujeitos capazes de participar ativamente das conquistas e das demandas de uma sociedade democrática. A educação é um elemento indispensável para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho, porém é imprescindível à sua conscientização enquanto cidadão.

Palavras-Chave: Educação, Cidadania, Democracia.

INTRODUÇÃO

O conceito de cidadania sofreu significativas transformações durante o processo de desenvolvimento histórico da sociedade. As diferentes formas de designação literal do termo acompanharam as novas tendências de relacionamento estabelecidas entre os indivíduos e o contexto sócio-econômico e cultural em que eles estavam inseridos. A primeira forma de compreensão do termo cidadão referia-se simplesmente ao “indivíduo que mora na cidade”. Com o passar do tempo e dos acontecimentos, foram estabelecidos alguns requisitos para o exercício da cidadania, como por exemplo a capacidade de participar da vida social (TOMAZI, 1997). A identificação com os valores de cidadania e democracia ainda se apresentam muito distantes da realidade da maioria da população, pois os critérios estabelecidos de participação política e social se tornam pouco acessíveis a um grande número de pessoas, distanciando cada vez mais a realidade de um sistema que poderíamos reconhecer enquanto uma sociedade democrática.

Atualmente, o termo cidadania no seu significado cognitivo, refere-se a todo sujeito que goza de seus plenos direitos civis, políticos e sociais. Entretanto uma análise mais aprofundada mostra que sutilmente os direitos de cidadania estão dissolvidos em uma reconfiguração do termo, apontando para um novo tipo de cidadão no século XXI, um exemplo disso é inserção na sociedade pós-moderna que, atualmente se dá através da capacidade de consumo de bens materiais, ou seja, está relacionada não mais à participação social e ao uso dos direitos e deveres, mas à posição econômica que permite ou não o acesso ao consumo.

A educação, enquanto instrumento de politização e conscientização sobre os direitos e deveres do cidadão não tem encontrado condições satisfatórias para operar como formadora de indivíduos politizados e conscientes. A prática da cidadania encontra-se desvinculada das esferas políticas e institucionais e idealizada através do acesso aos bens de consumo, fato que inviabiliza o papel do ensino como forma de conscientização na sociedade uma vez que o mesmo não é visto como um bem de consumo em potencial.

O processo de modernização do país deve integrar todas as esferas da vida social, e portanto a formação intelectual e política do seu povo. A negligência de um governo à uma educação politizadora torna seu povo não só vulnerável à toda forma de atraso

intelectual e tecnológico, como faz com que este fato se torne o entrave para a modernização e o desenvolvimento econômico, cultural e social da nação.

CIDADANIA: PRIVILÉGIO DE POUCOS

A história demonstra que o contexto social e econômico de cada período é fator determinante para a configuração das formas de participação nas decisões políticas. Também evidencia que nem todos os indivíduos são considerados cidadãos dignos de exercer direitos e deveres, pois pertencer ou não a um determinado nível social é condição para obter tal designação. Acompanhando a dinâmica das relações sociais, nota-se que algumas transformações históricas foram necessárias para que a noção de direitos se estendesse à maioria da população não pertencente aos grupos privilegiados socialmente.

Segundo Tomazi (1997), o século XIV, foi marcado pelo período mercantilista na Europa Ocidental, onde as atividades comerciais estimulavam o confronto da classe burguesa em ascensão com a aristocracia rural da época, fato que impulsionou a formação da primeira forma de Estado moderno, o Estado Absolutista. Essa nova instituição tinha como principal objetivo intervir na economia e regular as relações políticas e sociais, assumindo a responsabilidade pela prática da justiça e pela administração econômica. Os direitos civis, referentes à liberdade religiosa e de pensamento, à liberdade de ir e vir, de direito à propriedade e à justiça, passaram a ser exercidos por pequenos grupos, pois essa conquista era restrita aos indivíduos que possuíam bens, principalmente aos proprietários de terra, evidenciando os limites impostas à grande maioria do povo.

O Brasil, nesse momento da história vivia seu processo de colonização, mas algumas pessoas que dispunham de poder político e econômico já desfrutavam da cidadania pensada no contexto sócio-econômico europeu. Somente na Constituição do Império, em 1824, esses direitos foram formalmente legalizados no interior do país, no entanto, ainda assim esse grupo encontrava-se submetido à uma elite privilegiada pela sua posição enquanto proprietários de terras e de escravos. Com o fim da escravidão e a promulgação da constituição republicana a partir de 1891, os direitos políticos, passam a fazer parte do exercício de cidadania, porém nem mesmo o desenvolvimento econômico, a expansão de grandes centros urbanos e a formação de uma mentalidade modernizadora no país estenderam tais direitos à maioria do povo. (TOMAZI, 1997). Nesse período o grande entrave para o exercício da cidadania estava na questão educacional, pois 85% da população brasileira não era analfabetizada e a representação política dessa parcela populacional só veio a ser consolidada um século depois, com a Constituição de 1988.

Após a proclamação da República, o processo de inserção do Brasil no sistema capitalista foi acelerado, e conseqüentemente as cidades sofreram diversas transformações com uma reestruturação tecnológica e a ascensão da classe média que passou a participar mais ativamente da política. As décadas seguintes são marcadas pela urbanização e industrialização crescentes que passaram a definir políticas públicas direcionadas aos interesses da expansão da economia. Entre tais interesses estavam a implementação de programas de alfabetização e instrução popular, necessárias à capacitação de mão de obra para atender aos novos postos de trabalho que estavam se formando nas indústrias. Nesse momento histórico percebe-se que a educação não era apenas um direito negado às classes menos favorecidas, a burguesia industrial emergente reconhecia a importância da formação da classe

trabalhadora para viabilizar o projeto de modernização do Brasil.

Mesmo reconhecendo a importância da instrução dos trabalhadores, as políticas educacionais não poderiam deixar de privilegiar a educação pensada para os grupos dirigentes como forma de defender a ordem social e os interesses dominantes. Com vistas à uma modernização conservadora, a escola dualizada se concretizou destinando um ensino de maior qualidade em conteúdo científico, cultural e humanístico para os filhos das classes mais abastadas e um ensino secundário profissionalizante direcionado especificamente à capacitação técnica dos filhos das classes médias e trabalhadoras.

O embate ideológico reconhecido pelas forças políticas culminou na materialização da educação diferenciada e direcionada pelos seus objetivos pragmáticos. Gramsci (1979) em sua análise sobre a ideologia política e econômica do capitalismo afirma que existe uma constante luta pela hegemonia e é através da educação que os diferentes grupos sociais tentam impor os seus princípios e valores e formar seus intelectuais. Por isso esse autor já se referia a tendência da civilização moderna em dividir suas escolas. A diferenciação se faria pela escola clássica, destinada à formação dos intelectuais e às classes dominantes, enquanto a escola profissional especializada era direcionada à preparação da classe instrumental, ou seja, aos trabalhadores que exerceriam atividades pré-determinadas. Gramsci defendia a instauração de uma escola unitária, que oferecesse o ensino humanístico e tecnológico possibilitando a formação de um homem reflexivo e autônomo, com uma consciência moral e social sólida e homogênea.

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo (GRAMSCI, 1979, p. 125).

As considerações de Gramsci a respeito da educação evidenciam a importância do ensino enquanto um instrumento de defesa de direitos e conscientização sobre os valores democráticos. Diante dos objetivos da sociedade brasileira inserida no sistema republicano, a educação ocupou um papel necessário, porém contraditório. Florestan Fernandes, sociólogo que analisou a questão educacional específica do Brasil concorda com Gramsci ao reconhecer que o duplo papel que o sistema de ensino assume na modernização de um país é imprescindível e ao mesmo tempo incompatível. O preparo para a cidadania, que implica numa sociedade democrática, baseada em direitos humanos e em igualdade de oportunidades caminha na contra-mão dos interesses de uma sociedade capitalista, em que as relações sociais de produção da vida material estão baseadas na produtividade, competição, individualidade, e principalmente na reprodução da força de trabalho e na manutenção da ordem social. (FERNANDES, 1965).

Florestan Fernandes reconhece que entre a formação de cidadãos e de trabalhadores, a segunda opção prevalece sobre a primeira por seu caráter econômico e utilitário. Segundo ele, a educação deveria visar a formação de cidadãos e não só de trabalhadores. No Brasil republicano, embora não tenha ocorrido uma escolarização do povo com objetivos voltados à participação efetiva na vida política e social do país, a estrutura educacional possibilitou o aumento expressivo no acesso ao ensino naquele período. Esse fato impulsionou um maior envolvimento da sociedade civil nas mudanças que estavam em

curso, permitindo a organização e a reivindicação por melhores condições de trabalho e de salário.

No entanto, as manifestações sociais que expressavam uma forma de exercício de cidadania passou a incomodar os setores dominantes da sociedade brasileira. O golpe de 64 e as políticas ditatoriais vieram confirmar que as bases antidemocráticas da nossa sociedade não poderiam ser abaladas (TOMAZI, 1997). A cidadania no Brasil ainda era, e deveria continuar sendo privilégio de uma minoria. A repressão aos movimentos populares tornou-se objeto de defesa e manutenção da estrutura social e política do país, manifestada através da indiferença aos direitos básicos do povo.

A preocupação oficial com as manifestações dos trabalhadores mostra que houve uma interferência na ordem social, ameaçando as estruturas de uma sociedade projetada para a modernização conservadora. Numa avaliação clara e objetiva sobre os movimentos sociais, o sociólogo contemporâneo Alain Touraine afirma que essas manifestações são movidas por pessoas que buscam a realização de um “projeto societal-global”, ou seja, devem fazer com que as pessoas repensem seus direitos e valores visando atingir os interesses de toda a sociedade. Referindo-se à função dessas organizações, Touraine cita a sua importância para o desenvolvimento da conscientização cidadã, pois segundo ele, os “atores sociais” são indivíduos que deixaram de ser apenas expectadores dos acontecimentos e passaram a exercer um papel mais significativo diante dos fatos (TOURAINÉ, 1997).

Os direitos sociais, como a legislação trabalhista, o direito à educação e à saúde, foram as primeiras conquistas de movimentos da sociedade civil organizada. O governo da época foi obrigado a reconhecer suas necessidades e anseios, no entanto as políticas direcionadas à população não atendiam somente à necessidade de melhores condições de vida, elas também satisfaziam as demandas por qualificação dos trabalhadores que permitiriam novos investimentos no setor produtivo e incentivariam o desenvolvimento econômico.

O encaminhamento dos fatos históricos mostra que a educação foi o elemento que possibilitou à classe trabalhadora dar início a um processo de conscientização sobre seus direitos e deveres de cidadania. As estruturas da classe dominante foram abaladas quando os indivíduos do povo, considerados incapazes de mobilização social se descobriram enquanto “atores sociais” e perceberam que a busca organizada por objetivos comuns é capaz de promover mudança de postura política e econômica dos governantes.

A ditadura militar e a repressão que imperou nas décadas de 70 e 80 mostraram que a participação popular nas questões sociais tornaram-se impedimentos para os objetivos da sociedade classista que estava se consolidando no Brasil. Dessa forma a educação, mesmo sendo necessária ao progresso do país, deveria ser pensada e praticada dentro das condições e mecanismos de conservação da ordem, de manutenção dos privilégios e principalmente de contenção da conscientização política do povo. No entanto a história já não poderia ser mudada, e é através dela que hoje percebe-se que embora o exercício da cidadania fosse uma conquista gradativa e penosa para o povo brasileiro, seria através da educação que a sociedade deveria se organizar para defender o progresso para todos de forma consciente e democrática.

Os movimentos em prol da redemocratização do país e a os seus resultados positivos mostram o poder de reivindicação de um povo consciente e participativo. A Campanha pelas Diretas-já, que visava eleições com a participação direta do povo, a

movimentação pela nova legislação constituinte que resultou na Constituição de 1988, intitulada “Constituição Cidadã” e outras manifestações como a Campanha em Defesa da Escola Pública, mostram que a educação no Brasil foi o elemento norteador de novos rumos para o país.

A dinâmica dos movimentos sociais permaneceu pouco tempo no cenário social brasileiro. Embora os direitos civis, políticos e sociais estejam claramente garantidos na constituição atual, a prática cidadã vem sendo constantemente ofuscada por uma educação limitada e direcionada aos interesses estritamente econômicos, que não priorizam a capacitação do indivíduo para conhecer e praticar a sua cidadania de forma contínua e efetiva. A educação continua sendo o elemento fundamental da prática democrática, portanto ela deve ser constantemente exigida em seus aspectos quantitativos, de oportunidades de acesso a escola e no aspecto qualitativo, que refere-se à riqueza de conteúdos e metodologias orientadas para a realidade social. A cidadania é uma prática cotidiana e sem o seu exercício incansável, ela torna-se vulnerável às investidas dos interesses egoístas e competitivos da sociedade neoliberal.

A EDUCAÇÃO E A CONSCIETIZAÇÃO CIDADÃ

No contexto mundial, a formalização dos direitos humanos, aconteceu somente após a Segunda Guerra Mundial, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU – Organização das Nações Unidas em 1948. Nesse documento o conceito de cidadania passou a ter como princípios básicos o direito a vida com dignidade e liberdade. Seus artigos contemplam a igualdade entre todos os seres humanos, independente de status social, formação educacional ou religiosa, grupo, raça ou etnia. Esse grande avanço foi conquistado após a derrota do nazismo pelas nações democráticas e abriu as possibilidades de um mundo mais justo e igualitário.

No Brasil, a redemocratização só veio a acontecer na década de 1980, e a esperança dos brasileiros em vista de novos tempos foi reascendida pela Constituição de 1988, na qual estão expostos claramente os direitos civis, políticos e sociais. Porém a democracia tão sonhada e tão divulgada pela nova legislação ficou somente no papel. O Brasil enquanto nação em pleno crescimento econômico, não conseguiu ser uma nação moderna no sentido de conscientizar seu povo dos direitos e deveres próprios de uma sociedade democrática.

Apesar do direito à igualdade, a população brasileira sempre foi impedida de desenvolver uma mentalidade consciente e participativa, digna de voz ativa na esfera política e cultural e muito menos capaz de obter benefícios do progresso econômico. A formação educacional restrita às necessidades do capital não privilegia o aperfeiçoamento de uma personalidade crítica que reivindique melhores condições de trabalho e salário justo. Os programas eleitoreiros, chamados de “complementação de renda” são ainda objetos de desejo e reconhecimento do povo para com políticos que esperam como retorno apenas a manutenção de seus redutos eleitorais. Ao se distribuir “bolsas de auxílio” sem critérios ou sem conscientização dos direitos e da responsabilidade de cada um, percebe-se a falta de respeito à dignidade e à capacidade do ser humano em tomar posse de seu próprio destino. Os movimentos sociais tornaram-se pequenas manifestações corporativas, que visam apenas interesses de pequenos grupos desvinculados da ampla participação social.

De acordo com o sociólogo Florestan Fernandes, a educação tem um papel essencial para qualquer nação que tenha como objetivo o desenvolvimento em todos os seus aspectos sociais. “A escola tem que abrir o horizonte intelectual do estudante, colocando conteúdos que tornem a educação um instrumento não só para a vida, mas para a transformação da vida e da sociedade (FERNANDES, 1989, p. 149). Esse pensamento torna clara a função educacional voltada para o cidadão, ou seja, o “horizonte intelectual” dos indivíduos pode ou não possibilitar as mudanças, favorece ou não o progresso do país nos seus aspectos político, cultural e econômico. O crescimento educacional do país, eleva as possibilidades de exercício de cidadania e impulsiona a capacidade de produção econômica, fomentando o desenvolvimento da sociedade.

Nas últimas décadas, os investimentos governamentais no sistema educacional não foram negados, porém os dados oficiais confirmam um crescimento quantitativo dos índices de escolarização no país, mas a qualidade do ensino continua sendo uma necessidade urgente. Entre os anos 1991 a 2002, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade obteve uma redução de 20,1% para 11,8%; no entanto o número de analfabetos funcionais da população da mesma faixa etária chegou a 26% em 2002. Em regiões menos desenvolvidas como o Nordeste, esse índice era 40% dessa população (BRASIL, 2003).

Pesquisas mais recentes mostram que o Brasil teve em 2007 um dos piores índices de analfabetismo da América Latina, ficando atrás de países como Bolívia, Suriname e Peru. Conforme a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), existia no país cerca de 14,1 milhões de analfabetos até 2007. Nesse período, com a taxa de analfabetismo de 10% da população de 15 anos ou mais, o Brasil era o 15º entre as projeções de 22 países na América Latina divulgado pelo estudo. O primeiro em liderança nessa lista é Cuba, que aparece com taxa 0,2%. O pior nível foi o do Haiti com 37,9% da população (BRASIL, 2008).

Além do grande número de pessoas sem alfabetização ainda temos um elevado índice de analfabetos funcionais. De acordo com a IBGE analfabeto funcional é toda pessoa que possui escolaridade inferior a quatro anos. Os dados oficiais apresentam uma redução neste índice, porém, conforme o INAF (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional) a avaliação do Instituto é muito relativa. A organização considera como analfabeta funcional a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever um enunciado simples como um bilhete, ainda não possui as habilidades de leitura, escrita e cálculo necessárias para participar das diversas dimensões da vida social como o ambiente comunitário, as relações no trabalho e a política. Segundo essa organização que utiliza instrumentos específicos para medir o analfabetismo funcional, vários fatores permitem a verificação da existência de pessoas que se enquadram nessa categoria e que passaram mais de quatro anos na escola.

Diante desses números podemos concluir que no Brasil, além da precariedade no acesso ao ensino, a qualidade da educação básica continua abaixo das expectativas de uma nação que tenha por objetivo o desenvolvimento não só do setor econômico, mas também da cultura e da política, esferas que demonstram uma expressão da sociedade democrática em todos os seus aspectos.

Os índices educacionais do Brasil tornam-se números alarmantes quando se almeja uma nação amplamente moderna e democrática. Enquanto os resultados das pesquisas relacionadas ao desenvolvimento educacional estiverem em baixa, ou não sofrerem um aumento real e significativo, não podemos nos caracterizar como uma sociedade que favorece o exercício de cidadania. Florestan Fernandes, na década de 60 já advertia para esse problema.

“O fato é que nenhuma democracia conseguirá sucesso se não abolir, progressivamente, os fatores materiais da desigualdade social e as condições morais da alienação do homem” (FERNANDES, 1966, p. 437).

Os movimentos sociais são expressão da democracia de uma nação, não só pelo seu caráter de oposição à ordem política, mas pela sua maneira de interpretar e de vivenciar a prática cidadã. É diante dessa atividade societal que a educação deve ser orientada, para que ela dê o suporte teórico e prático da participação social, fazendo com que as manifestações públicas não sejam desprovidas de sentido humano e filosófico. É a partir do conhecimento sobre sua própria prática que os indivíduos podem repensar o seu papel na esfera dos direitos e dos deveres, é adquirindo consciência sobre as formas de pensar e de agir que o indivíduo supera o comodismo e a individualidade para investir em formas mais solidárias e responsáveis de convivência.

IDENTIDADE SOCIAL E CIDADANIA

As propostas de educação viabilizadas nos últimos anos representam investimentos na expansão do número de matrículas, em programas que visam a diminuição da evasão escolar e até mesmo em políticas de financiamento do ensino superior para alunos de baixa renda. Todas as propostas de incentivo à educação formal são tentativas de melhorar os índices de escolarização do país, no entanto, é preciso investir também numa cultura de valorização da educação e de conscientização sobre a identidade cidadã. Superar os dilemas educacionais estruturais são desafios de uma nação que se propõe a vencer definitivamente com as políticas paternalistas e eleitoreiras.

A falta de identificação com valores de justiça e igualdade social, inviabiliza um projeto de educação que impulse o crescimento qualitativo nos aspectos operacionais e intelectuais, que por sua vez incentivam o desenvolvimento dos setores industriais e tecnológicos e ampliam os espaços de participação cultural e política do país. Segundo Canclini (1999), a identidade é construída a partir da cultura, e por esta razão também é dinâmica, estando sujeita à mudanças, seguindo as transformações culturais de cada sociedade, onde os valores, costumes e tradições ganham novo sentido. Em “Consumidores do Século XXI, cidadãos do século XVIII”, este autor mostra que a indústria cultural moderna mudou o conceito de cidadania, fazendo com que as práticas cidadãs se voltem para o consumismo, já que não são realizadas no campo das instituições e da política. A partir daí a identidade deixa de ser definida por um determinado espaço e sob uma determinada organização estatal para se estruturar na lógica dos mercados, operando sob a produção industrial de cultura e mediante o consumo.

A perspectiva da construção de uma identidade voltada aos princípios democráticos fica mais comprometida diante de um mundo repleto de novas possibilidades de inserção social ou de exercício dos direitos. O consumo torna-se hoje um meio mais rápido e prazeroso de ser reconhecido enquanto cidadão. A questão é que assim como nos contextos anteriores, em que exercer cidadania era um privilégio de poucos devido aos requisitos do sistema, este critério também apresenta-se com um caráter excludente, acessível a uma minoria da população.

O conceito de cidadania no seu sentido literal não se modificou, mesmo porque hoje ele é entendido como uma das bases do sistema democrático, instituído na Declaração

Universal dos Direitos Humanos. No entanto, a filosofia neoliberal, responsável pela disseminação de uma mentalidade competitiva e individualista, transferiu a noção dos direitos humanos para os direitos de acesso ao mercado, desvinculando a igualdade de condições da igualdade de oportunidades. Atualmente o poder de compra e de consumo são questões individualizadas, que passam pelo esforço e mérito pessoal, fazendo com que se acentue a personalidade egoísta e competitiva.

A educação que antes era instrumento de participação e conscientização em relação à cidadania, hoje é apenas um meio de ascensão social. A cultura neoliberal não divulga a importância do crescimento intelectual e participativo do indivíduo, mas massifica as formas de comunicação social através de uma cultura ideológica e mistificadora da realidade.

Em relação à educação neoliberal, incentiva-se atualmente disciplinas que instruem o aluno para a “polivalência”, ou seja, a capacidade de flexibilização, versatilidade, liderança, decisão, etc. No entanto, essas competências estão limitadas aos objetivos do mercado, para que haja capital humano apto à competição internacional. Ao mesmo tempo, o ensino que oferece formação ético-política ou cultural, de caráter formativo e crítico passou para segundo plano, ou foram esquecidas ou restringidas dos currículos oficiais. Esses objetivos das novas propostas curriculares mostram o descaso com a formação do cidadão enquanto sujeito capaz de tomar decisões em todas as esferas sociais, limitando-o somente ao saber de técnicas e fórmulas.

A análise de Alain Touraine (1997) faz um comparação entre a sociedade industrial e a sociedade pós-industrial mostrando que as inovações tecnológicas e econômicas trouxeram também uma nova direção às reivindicações sociais. O conceito de cidadania ganhou um novo status no momento em que as reivindicações se estendem a outros domínios da vida social, pois a informação, a educação e o consumo passam a fazer parte das necessidades básicas do cidadão. Os conflitos que anteriormente giravam em torno da produção de bens agora voltam-se para as formas de apropriação e utilização desses bens. Inicia-se uma série de questionamentos contra a “ordem social” ideologicamente imposta pelos setores dominantes, travando-se uma luta no próprio indivíduo e em todos os lugares.

Na atualidade a indústria cultural torna-se instrumento de dominação através da propagação dos valores individualistas e competitivos, permitindo que a questão educacional torne-se também um direito comercializável e distante do poder de compra dos trabalhadores de baixa renda. Assim, a formação conscientizadora do cidadão, que passa necessariamente pela educação humanística de qualidade volta a ser um bem restrito à uma pequena parcela da sociedade, reproduzindo mais uma vez a fragmentação do conceito de cidadania.

Os resultados dessa nova ideologia são evidentes através da apatia em relação à miséria da maioria da população, da indiferença diante da política corrupta e demagógica e principalmente da busca desenfreada pelo consumo que se torna cada dia mais exigente em relação aos padrões estabelecidos pela modernidade. Essa é a mentalidade do discurso neoliberal, que através da massificação cultural trabalha no sentido de produzir identidades ajustadas ao clima ideológico e econômico da sociedade atual. Ao permitir o distanciamento da prática da cidadania e da função da educação estamos permitindo não só a indiferença, mas o desconhecimento dos espaços democráticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”. (FREIRE, 1996, p. 98). Através dessas palavras, um grande educador brasileiro aliava a prática educativa à formação da autonomia do sujeito. Paulo Freire não só pregava um ensino direcionado às bases da sociedade democrática, como afirmava a necessidade da conscientização dos educandos em relação à sua posição social. Denunciando a educação mecanicista, que reproduz a ideologia dominante, esse autor enfatizou o papel do professor com uma prática extremamente importante diante das exigências da atualidade. Ou seja, a pedagogia que tem por compromisso a educação em seu sentido libertador e responsável deve ter como princípios norteadores as reais necessidades do indivíduo e da sua formação para a cidadania.

A necessidade do confronto entre a realidade ideal e a realidade vivida só pode ser alcançada através de uma educação que leve o indivíduo à reflexão do seu papel enquanto cidadão, que faça valer seus direitos, que assuma seus deveres e que esteja consciente dos princípios e valores não somente da sociedade democrática, mas de uma sociedade humana, que se oriente pela ética e pelo respeito ao seu semelhante. É partindo de um ensino de base cultural e humanística que poderemos divulgar a solidariedade e a dignidade dos diversos grupos sociais, que podem ou não solidificar um conceito de cidadania escrito e vivenciado em sua plenitude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, M. O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. In: GENTILLI, P.; SILVA, T. T. (Org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 179-204.
- ARAUJO, O.A.A. Educação e Democracia no Brasil. A perspectiva de Florestan Fernandes e a visão neoliberal dos anos 90. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- BRASIL. *Censo Educacional 2001 - 2004*. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/censoeducacional>>. Acesso em 22 Nov. 2007.
- BRASIL. *Censo Educacional 2007*. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/censoeducacional>>. Acesso em 20 Out. 2008.
- CANCLINI, N. G. Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 1999 (Consumidores do século XXI, cidadãos do século XVIII).
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br>>. Acesso em 12 Dez. 2007.
- DIMENSTEIN, G. Cidadão de papel. São Paulo, Ática, 1994, 5 ed.
- FERNANDES, F. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dôminus, 1966.
- _____. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

INDICADOR NACIONAL DE ALFABETISMO FUNCIONAL. Disponível em:
<<http://www.acaoeducativa.org.br>>. Acesso 10 dez. 2007.

TOMAZI, N. D. *SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO*. São Paulo: Atual, 1997.

TOURRAINE, A. *Poderemos Viver Juntos ?* Tradução: Jaime Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

TOURRAINE, A. *A Sociedade Post-Industrial*. Moraes Editores, 1997.